



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I.Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO | |
| Judite de Azevedo do Carmo | |
| Willian Borges Vieira | |
| Beatriz de Azevedo do Carmo | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919021 | |
| CAPÍTULO 2 | 10 |
| A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS | |
| Vital António Vilelas Faria | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919022 | |
| CAPÍTULO 3 | 20 |
| RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO | |
| Vinícius Silva de Moraes | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919023 | |
| CAPÍTULO 4 | 30 |
| PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA | |
| Loslene Neves Costa; | |
| Letícia Soares da Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919024 | |
| CAPÍTULO 5 | 39 |
| POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO | |
| Ramon Alves Malta | |
| Rafael Guimarães Farias | |
| André Santos de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919025 | |
| CAPÍTULO 6 | 53 |
| (DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO | |
| Ana Nábila Lima Campos | |
| José Elias Pinheiro Neto | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919026 | |
| CAPÍTULO 7 | 60 |
| A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA | |
| Suelen Terre de Azevedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919027 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 68 |
| EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA | |
| Daniel Almeida Bezerra | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919028 | |
| CAPÍTULO 9 | 85 |
| CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM | |
| Edelson Gonçalves Marques | |
| Luciano Soares Gonçalves | |
| Valdenice dos Santos Rodrigues | |
| Charlene Maria da Silva Muniz | |
| DOI 10.22533/at.ed.4591919029 | |
| CAPÍTULO 10 | 94 |
| MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS | |
| José Francisco Belfort Brito | |
| Romeu Costa Araújo | |
| Fernando Carvalho Silva | |
| Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190210 | |
| CAPÍTULO 11 | 113 |
| UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) | |
| Paulo Daniel Curti de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190211 | |
| CAPÍTULO 12 | 124 |
| INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE | |
| Geovana Prante Gasparotto | |
| Jennifer Sitária Petzold Mendes | |
| Josiane Cristina Leal Pontes | |
| Neudy Alexandro Demichei | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190212 | |
| CAPÍTULO 13 | 133 |
| EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL | |
| Jacy Bandeira Almeida Nunes | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190213 | |
| CAPÍTULO 14 | 143 |
| ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE | |
| Marina Loureiro Medeiros | |
| Guilherme José Ferreira de Araújo | |
| Edvânia Torres Aguiar Gomes | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190214 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 151 |
| ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI | |
| Andreza de Oliveira Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190215 | |
| CAPÍTULO 16 | 160 |
| A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO | |
| Matheus Andrade Marques | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190216 | |
| CAPÍTULO 17 | 169 |
| A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO | |
| Jhonatan dos Santos Dantas | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190217 | |
| CAPÍTULO 18 | 178 |
| UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000 | |
| Iapony Rodrigues Galvão | |
| DOI 10.22533/at.ed.45919190218 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 186 |

RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO

Vinícius Silva de Moraes

vinnygnaisse@gmail.com

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da
Silveira – CAP-UERJ

RESUMO: O presente texto tem como finalidade apresentar uma reflexão sobre a retomada da onda de remoções na cidade do Rio de Janeiro em meio ao contexto de empreendedorismo urbano, onde as cidades deixam de ser administradas para benefício de seus habitantes e passam a ser entendidas como empresas. Os grandes eventos internacionais que ocorreram no Rio de Janeiro foram usados como desculpa para a administração pública modificar sua postura acerca dos investimentos, fato que colocou áreas periféricas, particularmente algumas favelas, na lista de remoções. A potencialidade do pensamento da cidade enquanto mercadoria vem ameaçando na última década o que se entende como Direito à Cidade, fazendo do Rio de Janeiro um ambiente adaptado para as prioridades econômicas que marginalizam ainda mais parcela da população pobre.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; remoções; favelas; empreendedorismo urbano.

ABSTRACT: The present text has a purpose to present a reflection on the resumption of the

wave of removals in the city of Rio de Janeiro in the context of urban entrepreneurship, where the cities are no longer administered for the benefit of its inhabitants and now are understood as companies. The major international events that occurred in Rio de Janeiro were used as an excuse for the public administration to modify their stance on investments, a fact that placed peripheral areas, particularly some favelas, in the list of removals. The potentiality of the city's thought as merchandise has been threatened in the last decade what is understood as the Right to the City, making Rio de Janeiro an environment adapted to the economic priorities that marginalize even more of the poor population.

KEYWORDS: Rio de Janeiro; removals; favelas; urban entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende discutir a postura da administração pública carioca em meio ao atual contexto de afirmação de políticas de transformação de territórios e paisagens urbanas sob o desígnio dos grandes eventos internacionais (sobretudo os esportivos, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016). Esses megaeventos são dotados de uma capacidade de (re)ordenamento espacial

das cidades, em que imagem e representação tornam-se chaves no processo em curso (MASCARENHAS, 2011).

A partir da contribuição de Lefebvre (1969), podemos e devemos entender o espaço urbano para além das suas potencialidades econômicas. O *direito à cidade* é mais abrangente do que o plenamente propagandeado, e não pode ser resumido ao direito individual aos diversos equipamentos urbanos, divulgado na filosofia de projetos como PAC e o Morar Carioca, para citar exemplos recentes. O verdadeiro *direito à cidade* vai além do acesso a recursos e equipamentos, sendo, de acordo com Lefebvre (1969) e Harvey (2008), o direito de mudarmos a nós mesmos mudando a cidade: produzir e reproduzir a cidade, produzindo e reproduzindo a nós mesmos. Assim, o que temos hoje é um *direito à cidade* específico, restrito aos interesses privados que moldam o desenvolvimento urbano excludente (ROLNIK; KLINK, 2011).

A investigação que procuramos traçar aqui busca compreender o atual contexto que envolve nosso objeto de estudo, o modo de administração pública da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que percebemos uma retração do direito de participar dos processos de transformação da cidade frente à potencialização da cidade enquanto mercadoria.

Neste contexto, emerge um discurso, a partir dos administradores da cidade, que constrói os argumentos em prol das vantagens de realização de megaeventos, se remetendo aos possíveis ganhos e mudanças no cenário que as cidades vivem. Logo, do ponto de vista administração pública, estar preparado para entrar em concorrência com outras cidades e competir pela realização de grandes eventos internacionais, justificar-se-ia pelas razões sociais, passando de dado natural a necessário.

O arcabouço teórico e conceitual que fundamenta o presente artigo se orienta em autores como SANTOS (1997), onde buscamos a compreensão do espaço geográfico como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, portanto como meio, produto e condição das relações sociais; HARVEY (2004, 2005a, 2005b, 2008), do qual também incorporamos sua concepção do conceito de espaço, da reprodução do espaço urbano e de “empresariamento urbano” como o modelo de gestão da cidade que se impões a partir dos anos 70; LEFEBVRE (2004), por sua vez, nos oferece essencial arcabouço teórico e metodológico acerca do fenômeno urbano e do que entendemos por *direito à cidade*, fio condutor das análises aqui traçadas; SOUZA (2005, 2006a, 2006b), com quem dialogaremos a respeito do território, desenvolvimento sócio-espacial e espaço urbano; e HAESBAERT (2002, 2004), que fornece uma fundamentação teórica sobre o conceito de território e seus desdobramentos, do processo de (des)(re)territorialização estudada.

2 | TRANSFORMAÇÕES NO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No atual paradigma de compreensão das cidades, podemos sinalizar alguns sintomas que complicam a busca por projetos urbanos diferenciais. Sintomas esses

passam pela interpretação de elementos que caracterizariam o desenvolvimento a partir de uma consideração mais ou menos exclusiva de uma só dimensão; pela falta de *feedback* entre distintos processos e escalas, negligenciando o fato de que os fenômenos sociais têm gêneses e dinâmicas que só podem ser analisadas mediante fatores que estão presentes em diferentes escalas; pela negação do papel do espaço, sendo este percebido em diversas teorias e projetos apenas como sustentáculo, o que separa, por sua vez, espaço e relações sociais; e pelo caráter fechado e teleológico dos mesmos (SOUZA, 2006b).

De modo articulado ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), vemos um novo modo de gerir as cidades, que acarreta repercussões no tecido urbano. Como apontou Harvey (2008), o espaço urbano e sua constante (re)estruturação apresentam-se como soluções eficazes para realocação de excedentes de capital e mão de obra. Assim, o processo de (re)produção do espaço urbano está vinculado à transferência de capitais de diferentes setores da economia para serem aplicados em obras de infraestrutura para maior circulação de capitais e mercadorias.

Observa-se na prática que, articulada ao discurso hegemônico veiculado amplamente por meio a mídia, a atual forma de planejamento urbano da cidade vem propiciando um elo cada vez mais estreito entre a administração pública e empresariado privado local, na busca das mais novas exigências do receituário neoliberal das cidades competitivas.

Sendo assim, os meios de (re)construção da imagem da cidade decorre também da “necessidade” de revitalização de áreas “degradadas”, o que vem fundamentando, em muitos casos, a retomada do processo de remoções. A sensação que o discurso da administração pública sobre a revitalização passa aos habitantes, em nosso entendimento, é de que um determinado tipo de situação em um dado território precisa ser modificado. Contudo, por trás desse discurso, estão ocultos interesses privados que, em parceria com a administração pública, vêm colocando em prática seus interesses, colhendo os privilégios da cidade-empresa (VAINER, 2011a).

Nesse sentido, a cada momento a cidade “necessita” ser requalificada, e grupos sociais menos favorecidos tendem a sofrer diretamente com os impactos do desenvolvimento/progresso. São diversas as metodologias de revitalização e requalificação, sendo a mais perversa aquela que leva à remoção desses grupos sociais.

Vainer (2011a) acredita que a cidade desde sempre foi tomada como objeto, coisa a ser vendida e comprada, tornando-se, neste momento, um objeto de luxo. Como toda mercadoria de luxo, a cidade é destinada aos que podem usufruir dela, ou seja, é destinada a um grupo de elite: “capital internacional, *visitantes* e *usuários solváveis*” (VAINER, 2011a, p. 80 – grifos do autor).

Os objetivos políticos e econômicos do empresariamento urbano, pautados basicamente parceria público-privada, residem muito mais em investir no crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais, a maioria voltada a

ganhos excepcionais das atividades imobiliárias ou a empreendimentos de destacado interesse para a lógica da globalização (DAMIANI, 2004).

Fernanda Sánchez (1999) argumenta que o papel do chamado *city marketing* busca “vender” toda a cidade, oferecida na imagem de um produto. A construção dessa imagem vem se dando na articulação entre empresas privadas e administrações locais, através de políticas urbanas de cunho empreendedor, fazendo uso dos instrumentos de ordenamento espacial da cidade para exibir ao mundo o que há de melhor nela – e, nessa construção, captar investimentos internacionais para obras faraônicas. Porém, o uso dessas mesmas táticas de ordenamento da cidade, no fim, acaba seguindo modelos pré-estabelecidos de reestruturação urbana, remetendo a simulacros que fogem da identidade local (SÁNCHEZ, 1999). Dentre esses modelos, destacam-se tanto as parcerias entre administrações públicas e empresas de consultoria catalãs, quanto requisitos de instituições internacionais de fomento financeiro, como o Fundo Monetário Internacional (SÁNCHEZ, 1999).

Dentre as fórmulas de sucesso difundidas, destacam-se a “necessidade” de um “clima de sinergia”, “espírito empreendedor”, “revitalização”, “renovação”, “empresariado como parceiro” a criação de uma “cidade sustentável” e todos os *slogans* postos em prática pelas administrações públicas; além, é claro, das vantagens que são oferecidas aos investidores através de subsídios, renúncias fiscais, créditos facilitados e cessões de terrenos. A competição interurbana do capitalismo é incentivada, assim, pelo fortalecimento do papel das diferenças do local e das vantagens que ele pode oferecer.

3 | REMOÇÃO: O IMPACTO PERVERSO DOS MEGAEVENTOS NO DIREITO À MORADIA DIGNA

No contexto das remoções de favelas no espaço urbano carioca, o discurso que cerca a preparação da cidade para a agenda de espetáculos internacionais, que propicie um possível sucesso com a hospedagem dos megaeventos, veste como uma luva a mão empreendedora da administração pública.

Reforça-se um estado de exceção, onde tudo pode ser feito para que o mais novo e urgente objetivo seja alcançado (VAINER, 2011a). Adaptar a cidade para o desafio proposto ganha destaque na lista de prioridades, passando na frente de outras questões urgentes e que atingem cotidianamente grande parte da população carioca. Legitimar as práticas de exceção em curso torna-se um imperativo dos projetos de desenvolvimento urbano, e não seria diferente com a retomada das remoções, muito criticadas durante o período militar pelo atual partido na frente do Governo Federal, e que se encontra, em um plano de análise nacional, sob responsabilidade do Ministério das Cidades que sistematicamente se omite em meio aos conflitos promovidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Governo do Estado do Rio.

As decisões de atores públicos e privados no processo de reestruturação urbana e, mais especificamente, na preparação da cidade para tais eventos, além de reforçarem a concentração espacial da renda, ditam os rumos dos cotidianos dos moradores da cidade, excluindo parcelas da população diretamente implicadas nas intervenções previstas e pondo em dúvida as formas de democracia que vêm sendo praticadas.

Uma vez que o apego por esportes é identificado como um traço da cultura brasileira, e levando em conta o apego das pessoas por sua cidade, é compreensível que haja o desejo de que tais eventos ocorram nela. Mas, ao mesmo tempo em que esse sentimento pode ser apontado como uma qualidade positiva, pode também ser entendido como um ponto fraco, uma armadilha.

Como apontado no presente texto, os megaeventos resultam de novas estratégias de transformação do espaço urbano, formuladas no sentido de ampliação da mobilização de capital em nível nacional e internacional. Esta dinâmica é provocada pela aceleração da possibilidade de investimento que, em consequência disso, promoveria maior vantagem na competição entre as cidades pela atração de capital internacional.

Fazendo-se valer do apego emocional dos eventos esportivos, os administradores públicos vêm impondo rápidas intervenções que em situações normais teriam o prazo adiado inúmeras vezes, ou seriam inviabilizados, dados os entraves jurídico-administrativos vigentes, ou até mesmo seriam alvo de resistência pública. Entretanto, segundo Vainer (2011b), vem sendo instituído um estado de exceção, em que os esforços para realização dos megaeventos justificam a suspensão de uma série de parâmetros nacionais e internacionais: desde o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais até os Direitos Humanos, passando pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em vigor desde 2001, Planos Diretores Municipais e as normas de uso e ocupação do solo.

A cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo, nesse sentido, uma série de transformações que visam construir uma cidade-vitrine capaz de receber os desejados megaeventos – que por sua vez contribuem para que a cidade adquira uma posição de destaque tanto na rede urbana de cidades globais quanto no sistema urbano internacional, e atraindo, conseqüentemente, maiores fluxos econômicos para o local.

As remoções e a criminalização das favelas representam a regra de como a cidade historicamente vem sendo (re)feita. Sob o pretexto de preparação da cidade para os megaeventos, estas ganham novas facetas tais como as Unidades de Polícia Pacificadora, projetos do PAC, projetos de urbanização de favelas, etc. As comunidades que se encontram nos arredores de localidades onde ocorrerão estes megaeventos estão seriamente ameaçadas, mesmo aquelas onde há anos sequer são registradas ocorrências criminais, como o caso da comunidade Vila Autódromo, localizada na área onde seria implementada a Vila Olímpica (OLIVEIRA, et al., 2012).

A agenda dos empreendimentos urbanos, no contexto dos megaeventos, aponta

para um duplo processo: ao mesmo tempo em que a reestruturação urbana acena para possíveis melhorias, mais notadamente no setor de transportes (e ainda assim de modo discutível), também aponta para uma promoção comercial da cidade. Nesse intuito, ao entrar em uma disputa internacional, o Rio de Janeiro busca se posicionar em relação àquilo que o mundo imagina como o melhor para o futuro do arranjo metropolitano.

É importante, também, salientar a existência de um número expressivo de leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos administrativos instauram e fundamentam o que vem sendo chamada de “cidade de exceção” (VAINER, 2011b). “Todas as isenções fiscais e tributárias são oferecidas às entidades organizadoras, mas também a uma infinidade de ‘cidadãos mais iguais’ que não precisam pagar impostos, tributos territoriais e taxas alfandegárias” (DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

O maior ferimento causado por esse conjunto de instrumentos legais, que nos gera maior preocupação, se encontro no direito à cidade; tanto do ponto de vista filosófico e mais profundo, proposto por Lefebvre (1969) e resgatado por Harvey (2008), quanto pela perspectiva dos direitos sociais adquiridos por meio de uma luta que até os dias de hoje se faz presente: o direito à moradia digna.

A favela Metrô/Mangueira, presente no cenário carioca há 33 anos, teve início com um pequeno alojamento construído entre a Rua São Francisco Xavier e a linha férrea do Metrô com o objetivo de abrigar os trabalhadores que participavam das obras de expansão da linha 2 do Metrô.

Com o término das obras, o alojamento, que já se tornara um conjunto de casas de madeira, deu, gradualmente, possibilidade de entrada de moradores. Isso se deu em partes: por um lado, parte das casas abandonadas pelos antigos moradores passara a ser ocupada por um número significativo de sem-tetos, pessoas que habitavam as ruas mais próximas, e, por outro, alguns trabalhadores, com casas mais bem edificadas e seguras, muitas vezes localizadas em pontos estratégicos da favela (próximo a entrada ou com melhores condições nos arredores) venderam ou alugaram suas residências dando início ao processo de crescimento da comunidade.

A favela Metrô/Mangueira é, neste contexto, um território político na medida em que é um espaço controlado por relações de poder internas e externas ao local. Internas quando observamos como os moradores e comerciantes influenciam diretamente na forma de organização do espaço. Essas relações de poder internas também passam pelo controle das oportunidades que ali surgem – abrir um comércio qualquer, adentrar em partes menos acessíveis da favela ou comprar/alugar algum imóvel requer uma intermediação de alguém com uma influência mínima no local. Fato evidenciado quando em entrevista informal foi comum escutar que são os próprios moradores que controlam, na medida do possível, a movimentação no local. Isso nos remete também ao clima de desconfiança em que os moradores estão submetidos, os forçando a se protegerem de prováveis investigações ou práticas indesejáveis no território

As relações de poder externas são analisáveis a partir do momento em que levamos em consideração que a favela se consolidou graças às possibilidades oferecidas tanto pela administração pública municipal quanto pela empresa *Metrô*, quem cedeu, há cerca de 33 anos, o terreno para a habitação de parte de seus trabalhadores. São analisáveis, também, a partir da própria existência da favela, que depende, no atual contexto, das forças dos diversos interesses que vêm cercando a mesma.

A favela Metrô/Mangueira é também um fenômeno simbólico-cultural, se observamos que sua forma e função se deram de acordo com o modo como os moradores valorizaram os diferentes trechos da favela e os meios disponíveis para tal valorização. Por fim, a favela Metrô/Mangueira é também um território econômico, quando consideramos as forças que buscam remover o recorte do mapa carioca, liberando trecho da malha urbana para geração de recursos.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Em meio à complexidade da vida moderna, a sensação de insegurança desencadeada pelas taxas de homicídios, pelas organizações criminosas, milícias e outras idiosincrasias típicas do Rio de Janeiro, solidifica um imaginário que vê na redução do espaço público uma solução viável de proteção frente ao cotidiano instável e inseguro. A “miseropolização” e o “clima de guerra civil” (SOUZA, 1993), alardeados diariamente pelos meios de comunicação, ajudam a reforçar o ideário de que é necessário evitar o descontrole.

Aos moradores que ainda habitam e trabalham na favela Metrô/Mangueira, o que podemos sublinhar é, com base nos dados recolhidos em trabalhos de campo desenvolvidos ao longo de dois anos (2011/12), o sentimento de esperança de não serem obrigados a ceder à remoção. Com as diversas denúncias feitas pelos moradores em diferentes esferas de poder, somadas a pesquisas e divulgação de fatos, existem informações, repassadas informalmente entre os moradores e comerciantes, de que parte da favela permanecerá, graças ao apelo comercial que existe no local. Os variados serviços de manutenção de automóveis chamam atenção dos moradores dos bairros vizinhos, e apontam uma potencialidade passível de ser explorada de forma legal. A possibilidade de remoção dos que ainda estão no recorte também gera dinâmicas imobiliárias distintas das que haviam antes: a probabilidade de receber uma indenização faz com que alguns moradores busquem vender suas propriedades, aquecendo o mercado e complexificando ainda mais as relações dentro da favela.

Quanto aos moradores que foram removidos para o conjunto habitacional Mangueira I, esses tiveram menor dificuldade de restabelecer suas redes de trabalho, solidariedade e afetividade, uma vez que foram realocados nas proximidades da favela. Fora o aumento dos gastos para a manutenção da vida no local, os moradores do conjunto habitacional Mangueira I adquiriram uma melhora de autoestima, uma vez que estão habitando em apartamentos com condições estruturais mais dignas.

Das famílias que foram removidas para o bairro de Cosmos, há uma dificuldade maior em restabelecer suas redes de sociabilidade. O número relativamente reduzido de equipamentos urbanos deve ser apontado como um fator chave que retarda a consolidação das redes necessárias para a reprodução social familiar. A distância do bairro de Cosmos para a Área Central é um fator que gera um custo maior de transporte e de tempo, aspectos cruciais para a manutenção de vínculos empregatícios anteriores a remoção. Os vínculos afetivos e solidários, do mesmo modo, costumam a ser restabelecidos, uma vez que os laços de amizade e companheirismo dependem também da forma como os moradores se relacionam por meio dos equipamentos como bares, mercados, pequenas vendas, padarias, etc.

Levando em consideração o que foi exposto ao longo do presente artigo, gostaríamos de levantar uma última questão: seria possível, em meio aos diversos interesses que envolvem o processo de reestruturação/requalificação urbana em um contexto de globalização, abordar o tema de forma justa, de maneira que possamos observar a elaboração e efetivação de instrumentos democráticos de organização da cidade?

REFERÊNCIAS

- DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 38 – 50.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 303p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajétórias Geográficas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 304p.
- FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011, 296p.
- FRÚGOLO JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. 70p.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à “multiterritorialização”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. *Espaço & Debates*, nº39, 1996.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 382p.
- _____. **Condição pós-moderna**. 14º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a, 349p.
- _____. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume,

2005b, 252p.

_____. **The Right to the City**. *New Left Review*, nº53, September-October 2008. p. 23-40.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2004. 178p.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 350p.

MORAES, Vinicius Silva de. *“No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho...”*: anotações sobre a retomada do processo de remoção de favelas no contexto do empreendedorismo urbano carioca. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In.: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. 632p.

OLIVEIRA, Fabrício leal de; CARDOSO, Adauto Lucio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo Vainer (Org.). **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 362p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 283p.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Revista Novos Estudos - CEBRAP* no.89, São Paulo. Mar. 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. *O city marketing* de Curitiba: cultura e comunicação da imagem urbana. In: DEL RIO, Vivente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, v.1. p. 83 – 96.

_____. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSLERAD, H. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-192.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 308p.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In.: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 119p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 366p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas**. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. p. 77-116.

_____. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 2006b, p. 43 – 87.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2011a.

_____. Copa e Olimpíadas: o que realmente está em jogo? (entrevista). **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, Janeiro, 2011b. Entrevista concedida a Débora Prado.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

